## **COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

## REQUERIMENTO n°, de 1° de abril de 2011 (Dos Srs. RICARDO IZAR e SARNEY FILHO)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a situação em que se encontra o Aeroporto Internacional Marechal Hugo da Cunha Machado, em São Luís do Maranhão.

## Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requerem a V. Ex.a., ouvido o Plenário desta respeitável Comissão, a realização de Audiência Pública para discutir a situação caótica em que se encontra o Aeroporto Internacional Marechal Hugo da Cunha Machado, em São Luís do Maranhão, que tantos transtornos tem causado a passageiros e usuários.

A presente proposição tem por objetivo discutir e esclarecer a todos, especialmente usuários e consumidores, sobre a reforma do Aeroporto Internacional Hugo da Cunha Machado, que interditou parcialmente suas atividades, fato que tem ocasionado sérios transtornos àqueles que utilizam suas instalações, trazendo enormes prejuízos diretos para a relação de consumo.

Como forma de enriquecer o debate, sugerimos que sejam convidadas, as seguintes pessoas:

- o senhor Antônio Gustavo Matos do Vale, presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO;
- a senhora Solange Paiva Vieira, diretora-presidente da Agência Nacional da Aviação Civil - ANAC;
- representante (s) da (s) empresa(s) responsável (is) pela reforma do Aeroporto Internacional Marechal Hugo da Cunha Machado, em São Luís (MA).

## **JUSTIFICAÇÃO**

Segundo dados amplamente divulgados pela imprensa, em 2010, o fluxo de passageiros no Aeroporto Internacional Marechal Hugo da Cunha Machado, em São Luís (MA), foi o maior da história. Em 12 meses, aproximadamente 1,3 milhões de pessoas embarcaram ou desembarcaram em São Luís e nos dois primeiros meses de 2011, ocorreu um aumento de 40% no número de passageiros que chegaram ou saíram de São Luís pelo Marechal Cunha Machado, em comparação com igual período de 2010.

Ocorre que recentemente a administração daquele Aeroporto decidiu interditar parcialmente as suas instalações, sem informar aos seus consumidores e usuários as causas da interdição, bem assim indicar o tempo que irá levar a reforma e, principalmente, adotar medidas urgentes para minimizar os prejuízos ocasionados à relação de consumo.

Essa interdição ocorre exatamente no momento em que os dados indicam um aumento excessivo no número de pessoas que utilizam as suas dependências, o que vem ocasionando sérios transtornos a usuários e consumidores, comprometendo diretamente a relação de consumo, além obviamente dos prejuízos já causados à economia daquele importante Estado.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 2011.

**Deputado RICARDO IZAR** PV/SP

**Deputado SARNEY FILHO** Líder do PV